



MINISTÉRIO PÚBLICO
PORTUGAL

PROCURADORIA DA REPÚBLICA DA COMARCA DE VILA REAL
MAGISTRADO DO MINISTÉRIO PÚBLICO COORDENADOR

RELATÓRIO ANUAL DA COMARCA DE VILA REAL

ANO JUDICIAL 2019

Generalidades:

A Nova Organização Judiciária aprovada pela Lei n.º 62/2013, de 26 de Agosto (Lei da Organização do Sistema Judiciário, doravante LOSJ) previu a divisão do território nacional em 23 comarcas, correspondendo a cada uma delas um Tribunal Judicial de Primeira Instância com o nome da respectiva comarca – art. 33.º da LOSJ.

A Comarca de Vila Real integra-se, juntamente com as Comarcas de Bragança, Braga e Viana do Castelo, na área de competência do Tribunal da Relação de Guimarães – art. 32.º e Anexo I, da LOSJ.

Após a alteração à LOSJ, operada pela Lei n.º 40-A/2016, de 22 de Dezembro e pelo Decreto-Lei n.º 86/2016, de 27 de Dezembro (arts. 5.º, 7.º e 8.º e Anexo I), que entraram em vigor no dia 1 de Janeiro de 2017, o **Tribunal Judicial da Comarca de Vila Real** passou a integrar os seguintes Juízos:

Juízos de Competência Especializada:

1. Juízo Central Cível de Vila Real (área de competência de toda a comarca de Vila Real);
2. Juízo Central Criminal de Vila Real (área de competência de toda a comarca de Vila Real);
3. Juízo de Família e Menores de Vila Real (área de competência correspondente aos municípios de Mesão Frio, Mondim de Basto, Murça, Peso da Régua, Sabrosa, Santa Marta de Penaguião e Vila Real);
4. Juízo do Trabalho de Vila Real (área de competência de toda a comarca de Vila Real);
5. Juízo de Execução de Chaves (área de competência de toda a comarca de Vila Real);
6. Juízo Local Cível de Vila Real (área de competência dos municípios de Mondim de Basto, Murça, Sabrosa, e Vila Real);



MINISTÉRIO PÚBLICO
PORTUGAL

PROCURADORIA DA REPÚBLICA DA COMARCA DE VILA REAL
MAGISTRADO DO MINISTÉRIO PÚBLICO COORDENADOR

7. Juízo Local Criminal de Vila Real (área de competência dos municípios de Mondim de Basto, Murça, Sabrosa, e Vila Real);
8. Juízo Local Cível de Chaves (área de competência dos municípios de Boticas e Chaves);
9. Juízo Local Criminal de Chaves (área de competência dos municípios de Boticas e Chaves).

Juízos de Competência Genérica:

1. Juízo de Competência Genérica de Alijó (área de competência do município de Alijó);
2. Juízo de Competência Genérica de Montalegre (área de competência do município de Montalegre);
3. Juízo de Competência Genérica de Peso da Régua (área de competência dos municípios de Mesão Frio, Peso da Régua e Santa Marta de Penaguião);
4. Juízo de Competência Genérica de Valpaços (área de competência do município de Valpaços);
5. Juízo de Competência Genérica de Vila Pouca de Aguiar (área de competência dos municípios de Ribeira de Pena e Vila Pouca de Aguiar);

Juízos de proximidade:

1. Juízo de Proximidade de Boticas (área de competência do município de Boticas)
2. Juízo de Proximidade de Mesão Frio (área de competência do município de Mesão Frio)
3. Juízo de Proximidade de Mondim de Basto (área de competência do município de Mondim de Basto)
4. Juízo de Proximidade de Murça (área de competência do município de Murça)
5. Juízo de Proximidade de Sabrosa (área de competência do município de Sabrosa)

Durante o 1.º Semestre de 2019, a LOSJ foi novamente alterada pela Lei n.º 19/2019, de 19 de Fevereiro. O mesmo sucedeu com o Regime Aplicável à Organização e Funcionamento dos Tribunais Judiciais (**ROFTJ**, aprovado pelo Decreto-Lei n.º 49/2014, de 27 de Março, alterado pelo Decreto-Lei n.º 86/2016, de 27 de Dezembro, e pela Lei n.º 19/2019, de 19 de Fevereiro) também alterado pelo Decreto-Lei n.º 38/2019, de 18 de Março (arts. 5.º, 7.º e 8.º e Anexo I) que extinguiu o Juízo de Competência Genérica de Peso da Régua e criou o Juízo Local Criminal de Peso da Régua e o Juízo Local Cível de Peso da Régua – arts. 36.º e 37.º, alíneas b) e c), criando ainda



o Juízo do Comércio de Vila Real, com um Juiz, e passando a prever um quadro de 2 Juízes para o Juízo Local Criminal de Vila Real, por via da alteração do Mapa III do ROFTJ, que foi republicado – arts. 37.º, alíneas a) e 46.º e 47.º do Decreto-Lei n.º 38/2019, de 18-03.

Tais alterações entraram em vigor no dia 23 de Abril de 2019, data a partir da qual o **Tribunal Judicial da Comarca de Vila Real** passou a integrar os seguintes Juízos:

Juízos de Competência Especializada:

1. Juízo Central Cível de Vila Real (área de competência de toda a comarca de Vila Real);
2. Juízo Central Criminal de Vila Real (área de competência de toda a comarca de Vila Real);
3. Juízo de Família e Menores de Vila Real (área de competência correspondente aos municípios de Mesão Frio, Mondim de Basto, Murça, Peso da Régua, Sabrosa, Santa Marta de Penaguião e Vila Real);
4. Juízo do Trabalho de Vila Real (área de competência de toda a comarca de Vila Real);
5. Juízo de Comércio de Vila Real (área de competência de toda a comarca de Vila Real);
6. Juízo de Execução de Chaves (área de competência de toda a comarca de Vila Real);
7. Juízo Local Cível de Vila Real (área de competência dos municípios de Mondim de Basto, Murça, Sabrosa, e Vila Real);
8. Juízo Local Criminal de Vila Real (área de competência dos municípios de Mondim de Basto, Murça, Sabrosa, e Vila Real, agora com um quadro de 2 Juízes);
9. Juízo Local Cível de Chaves (área de competência dos municípios de Boticas e Chaves);
10. Juízo Local Criminal de Chaves (área de competência dos municípios de Boticas e Chaves);
11. Juízo Local Cível de Peso da Régua (área de competência dos municípios de Mesão Frio, Peso da Régua e Santa Marta de Penaguião);
12. Juízo Local Criminal de Peso da Régua (área de competência dos municípios de Mesão Frio, Peso da Régua e Santa Marta de Penaguião);

Juízos de Competência Genérica:

1. Juízo de Competência Genérica de Alijó (área de competência do município de Alijó);
2. Juízo de Competência Genérica de Montalegre (área de competência do município de Montalegre);



MINISTÉRIO PÚBLICO
PORTUGAL

PROCURADORIA DA REPÚBLICA DA COMARCA DE VILA REAL
MAGISTRADO DO MINISTÉRIO PÚBLICO COORDENADOR

3. Juízo de Competência Genérica de Valpaços (área de competência do município de Valpaços);
4. Juízo de Competência Genérica de Vila Pouca de Aguiar (área de competência dos municípios de Ribeira de Pena e Vila Pouca de Aguiar);

Juízos de proximidade:

1. Juízo de Proximidade de Boticas (área de competência do município de Boticas)
2. Juízo de Proximidade de Mesão Frio (área de competência do município de Mesão Frio)
3. Juízo de Proximidade de Mondim de Basto (área de competência do município de Mondim de Basto)
4. Juízo de Proximidade de Murça (área de competência do município de Murça)
5. Juízo de Proximidade de Sabrosa (área de competência do município de Sabrosa)

A Comarca de Vila Real ocupa um enorme território (os seus extremos, Montalegre/Alijó ou Montalegre/Régua, distam cerca de 140km um do outro), abrangendo os municípios de **Alijó** (11.933 habitantes), **Boticas** (5.747 habitantes), **Chaves** (41.444 habitantes), **Mesão Frio** (4.423 habitantes), **Mondim de Basto** (7.496 habitantes), **Montalegre** (10.594 habitantes), **Murça** (5.954 habitantes), **Peso da Régua** (17.097 habitantes), **Santa Marta de Penaguião** (7.324 habitantes), **Sabrosa** (6.367 habitantes), **Ribeira de Pena** (6.543 habitantes), **Valpaços** 16.876 habitantes), **Vila Pouca de Aguiar** (13.167 habitantes) e **Vila Real** (52.219 habitantes), num total de **207.184 habitantes** (censos de 2011).

I – Análise sucinta da actividade desenvolvida por área de intervenção do MP, seguindo a orientação dos mapas aplicáveis, à luz das respectivas competências e obrigações legais e dos objectivos estratégicos e processuais estabelecidos para o ano, com a identificação das situações de desempenho e de obtenção de resultados especialmente relevantes, das iniciativas



MINISTÉRIO PÚBLICO
PORTUGAL

PROCURADORIA DA REPÚBLICA DA COMARCA DE VILA REAL
MAGISTRADO DO MINISTÉRIO PÚBLICO COORDENADOR

inovadoras e dos casos de manifesta insuficiência ou falta de qualidade da resposta:

No âmbito da Coordenação da Comarca de Vila Real, foram realizadas, entre outras, as seguintes reuniões:

1.º) Reunião no dia 04/01/2019, com os Magistrados do Ministério Público da Comarca, para distribuição de serviço após o movimento de Dezembro de 2018.

2.º) Reunião no dia 08/03/2019, com os Magistrados do Ministério Público da Comarca de Vila Real para se proceder às escolhas dos Turnos das Férias Judiciais da Páscoa, do Verão e do Natal de 2019, para se enquadrarem os Requerimentos de Férias Pessoais de 2019 dos Magistrados do Ministério Público da Comarca de Vila Real, e outros assuntos.

3.º) Reunião no dia 05/07/2019, para balanço da actividade do 1.º Semestre de 2019, organização e funcionamento dos Turnos das Férias Judiciais de Verão de 2019 e seu ajustamento.

4.º) Reunião no dia 13 de Dezembro de 2019, para balanço da actividade do ano judicial de 2019, definição de objectivos processuais para o ano de 2020, reorganização dos Turnos de Natal, organização da posse dos novos Magistrados do Ministério Público, face ao Movimento de Dezembro de 2019 e estabelecimento de prazos para entrega dos relatórios anuais parcelares de cada Procuradoria.

Foram também realizadas cerca de 20 reuniões informais com os Magistrados do Ministério Público e vários OPCs, sobretudo Polícia Judiciária e Guarda Nacional Republicana tendo em vista a definição de estratégias de investigação entre os titulares de inquéritos e tais OPCs, com o apoio estratégico do Magistrado do Ministério Público Coordenador.

Por outro lado, a Procuradoria da República da Comarca de Vila Real colaborou com o

Departamento de Educação e Psicologia da Universidade de Trás-os-Montes e Alto Douro

Sede: Palácio da Justiça, Praça Luís de Camões, 5000-626 Vila Real

Telefone: 259309950; **Telefax:** 259309989;

E-mail: ministeriopublico.coordenador.vilareal@tribunais.org.pt



MINISTÉRIO PÚBLICO
PORTUGAL

PROCURADORIA DA REPÚBLICA DA COMARCA DE VILA REAL
MAGISTRADO DO MINISTÉRIO PÚBLICO COORDENADOR

(UTAD) na realização do “**Seminário Sobre Violência de Género**”, no âmbito da disciplina de “Educação para a Saúde”, a convite da Professora Doutora Isilda Rodrigues, com uma apresentação a cargo do Exmo. Senhor Procurador-adjunto, actual Procurador da República, Dr. Rafael de Sousa Castelo, no dia 27 de Novembro de 2019, entre as 14H00 e as 16H00.

I.1 - Área cível

Compreende a actividade desenvolvida no Juízo Central Cível de Vila Real, nos Juízos Locais Cíveis de Chaves, de Peso da Régua (após 23/04/2019) e de Vila Real, e nos Juízos de Competência Genérica de Alijó, Montalegre, Peso da Régua (até 22/04/2019), Valpaços e Vila Pouca de Aguiar.

No ano judicial de 2015/2016, foi acordado com a Segurança Social e IPSS's da área da comarca, que estas entidades enviariam ao MP a identificação e os elementos necessários à instauração de processos ou providências cíveis que se mostrassem necessárias para defesa dos interesses das pessoas idosas que se encontrassem sob tutela destas entidades.

Por outro lado, fruto de alteração legislativa operada no 4.º trimestre de 2017, a Segurança Social deixou de pagar prestações sociais a familiares de pessoas incapacitadas sem que estivesse decidida a representação judicial.

Aumentou, assim, exponencialmente o número de processos administrativos, com vista à recolha de elementos para propositura de acções de interdição e inabilitação, agora de maior acompanhado.

Os processos administrativos pendentes destinam-se sobretudo à propositura de acções de maior acompanhado, de reivindicação de terrenos baldios ou de anulação de negócios jurídicos que tenham baldios como objecto, e de propositura ou contestação de acções de indemnização em representação do Estado.



O Ministério Público continuou a ter intervenção relevante acções em representação do Estado Português (Autoridade Tributária, Ministério da Administração Interna-GNR/PSP) bem como em representação dos interesses colectivos de comunidades locais, assumindo a competência própria conferida pelo art.º 16.º da Lei n.º 85/95, de 31 de agosto.

Mapas – área cível.

CV.1 – Acções cíveis (declarativas e especiais) com intervenção principal do Ministério Público.

O MP propôs **199** acções declarativas e especiais com intervenção principal do Ministério Público, contestou **9**, que somadas às **341** acções pendentes, vindas do exercício anterior perfazem **549** acções movimentadas. Destas, findaram **433**, sendo **409** procedentes e **24** improcedentes. Transitaram, assim, para o ano seguinte **116**.

O maior número de acções propostas é de interdições, seguidas de acções do contencioso patrimonial do Estado e outras.

CV.3 – Valores das acções do contencioso patrimonial do Estado instauradas e contestadas pelo MP

O Valor das acções do contencioso patrimonial do Estado instauradas pelo Ministério Público atingiu **€ 432.748,54**.

CV.4 – Recursos

Foram interpostos 2 (dois) recursos pelo Ministério Público, e respondidos 4 (quatro) recursos.

Foi provido 1 (um) recurso interposto pelo Ministério Público.

Dos recursos respondidos pelo Ministério Público, foram parcialmente providos 3 (três), providos outros 3 (três) e não provido 1 (um).



I.2 - Área criminal

Compreende a actividade desenvolvida nas Procuradorias dos Juízos Locais Criminais de Vila Real, de Peso da Régua (após 23 de Abril de 2019) e de Chaves e dos Juízos de Competência Genérica de Alijó, Montalegre, Peso da Régua (até 22 de Abril de 2019), Valpaços, Vila Pouca de Aguiar.

Na comarca de Vila Real, não foi, ainda, criado DIAP – Departamento de Investigação e Acção Penal.

Assim, a coordenação da área de inquéritos continua a ser feita pelo magistrado do Ministério Público coordenador, embora a imediata direcção hierárquica dos Procuradores-adjuntos que tramitam inquéritos tenha estado dividida por dois Procuradores da República em exercício de funções no Juízo Central Criminal de Vila Real, assegurando um deles, a direcção hierárquica da Área Norte da comarca (Chaves, Montalegre, Valpaços e Vila Pouca de Aguiar) e o outro a Área Sul (Alijó, Peso da Régua e Vila Real).

Ora, o número de processos de inquérito entrados anualmente, há vários anos (mais de 7000 em 2017, 6589 em 2018 e 6149 em 2019), tem ultrapassado largamente os 5000 previstos na lei para ser criado um DIAP (art. 71.º, n.s 1 e 2 do Estatuto do Ministério Público e art. 152.º da Lei de Organização do Sistema Judiciário), pelo que se impõe que se crie brevemente um DIAP na Comarca de Vila Real.

E nem é preciso comparar com outras comarcas em situação semelhante que já têm DIAP criado, como é o caso das comarcas de Viana do Castelo, Madeira e Évora, cujos números de processos de inquérito entrados anualmente é próximo do número total de inquéritos entrados na Comarca de Vila Real.

Seja como for, impunha-se que, pelo menos, fosse colocado um Procurador da República para poder ser nomeado Procurador da República dirigente de secção para a área criminal, abrangendo os inquéritos e a instrução.



Na Área Cível/Criminal/DIAP em Vila Real foram efectivamente colocados apenas 2 (dois) Procuradores da República, que asseguraram o serviço do Juízo Central Criminal de Vila Real, do Juízo Central Cível de Vila Real e do Juízo Local Cível de Vila Real, e a imediata direcção hierárquica dos Procuradores-adjuntos que tramitam inquéritos em toda a comarca.

Ora, se fosse colocado um terceiro Procurador da Republica nesta área, um deles poderia assegurar em exclusividade a coordenação dos Procuradores-adjuntos que tramitam inquéritos e a fase de instrução criminal, e assumir a direcção de inquéritos com investigações mais complexas, evitando que estes fossem enviados para a Secção Distrital do DIAP da Comarca do Porto como tem sucedido.

Mapas – área criminal.

Fase de inquérito

CRIM. 1 – Inquérito

No período entre 01-01-2019 e 31-12-2019, nesta comarca de Vila Real **deram entrada 6149** processos de inquérito, que, somados aos **2532** vindos do ano anterior, perfazem **8681**, **processos movimentados**, ou seja, verificou-se uma diminuição de entradas de **440** inquéritos em relação aos **6589** entrados no ano judicial de 2018 (menos 6,68%).

Findaram **5991**, tendo sido arquivados **4.198**, e foram deduzidas **850** acusações (**14,19%**), obtendo-se uma taxa de resolução de **97,43**.

Os processos de inquérito entrados sem agente conhecido ascenderam a 2.660, ou seja, 43,26%, dos entrados.

Na comarca foram deduzidas **79** acusações para julgamento em tribunal colectivo, o que corresponde uma percentagem de 9,30%, das acusações deduzidas, **580** acusações para julgamento em tribunal singular, a que corresponde uma percentagem de 81,41% das acusações deduzidas.



O Ministério Público fez uso do disposto no artigo 16º, n.º 3, do C.P.P. em **112** processos, foram apresentados para julgamento em processo sumário **131** processos, deduziu **24** acusações em processo abreviado e **55** acusações em processo sumaríssimo.

Arquivou **1** processo nos termos do artigo 280º do C.P.P, e suspendeu provisoriamente, **523** inquéritos e processos sumários.

Transitam para o próximo ano judicial **2.690** processos de inquérito.

CRIM. 3 – Medidas de coacção privativas da liberdade aplicadas em inquérito.

Na fase de inquérito foi decretada a medida de prisão preventiva a **33** arguidos, a medida de obrigação de permanência na habitação com vigilância electrónica a **6**, e sem vigilância electrónica a **0**, num total de **39** arguidos a quem foram aplicadas medidas de coacção privativas de liberdade em inquérito.

CRIM. 4 – Fenómenos criminais.

Os fenómenos criminais mais representativos na comarca são os furtos e roubos de metais não preciosos, com **638** inquéritos instaurados, os incêndios florestais, com **624** processos de inquérito instaurados, a violência conjugal ou equiparada, com **603** (quase duplicou relativamente ao ano anterior), a cibercriminalidade, com **231**, os crimes estradais, com **162**, o tráfico de estupefacientes, com **91**, os crimes fiscais, com **87**, os crimes sexuais contra menores (pedofilia), com **58**, a criminalidade económico-financeira com **52**, de corrupção e afins, com **45**, os roubos em habitação, com **27**, a violência contra menores, com **26**, os crimes relativos a agentes de autoridade, com **21**, os crimes contra idosos, com **15**.

É de realçar o aumento exponencial relativamente ao ano de 2018, do número de inquéritos instaurados por furtos e roubos e metais não preciosos, bem como a quase duplicação, relativamente ao ano de 2018, do número de inquéritos entrados por violência conjugal ou equiparada, o aumento de entradas de inquéritos de cibercriminalidade, crimes estradais, de



MINISTÉRIO PÚBLICO
PORTUGAL

PROCURADORIA DA REPÚBLICA DA COMARCA DE VILA REAL
MAGISTRADO DO MINISTÉRIO PÚBLICO COORDENADOR

tráfico de estupefacientes, criminalidade económico-financeira, e de crimes sexuais contra menores.

O ainda elevado número de incêndios nesta comarca - tendo embora diminuído relativamente aos dois anos anteriores, talvez por ter sido incrementada a limpeza das matas, bem como a vigilância contra incêndios -, pode ter como explicação não só o facto de ter uma grande área de baldios, uma grande área do território florestada.

A quase duplicação do número de inquéritos entrados de violência doméstica pode ter a ver com o facto de haver maior confiança na resposta dada ao combate a este tipo de criminalidade, de ter havido incremento da informação disponibilizada quer pelos meios de comunicação social, quer pelos OPCs relativamente à necessidade de denunciar estes crimes de que tem resultado uma consequente maior consciência dos cidadãos para o dever de denúncia.

Em relação a este fenómeno violência conjugal e equiparada, manteve-se a especialização nas Procuradorias dos Juízos Locais Criminais de Vila Real e de Chaves, atribuindo a totalidade dos inquéritos de violência doméstica, maus-tratos e contra a autodeterminação sexual, a um só Procurador-adjunto, em cada uma delas, sendo que, no ano Judicial de 2019.

CRIM.6 – Resultado das suspensões provisórias do processo.

Como se disse o Ministério Público suspendeu provisoriamente **523** processos e findou um total de **448** suspensões provisórias.

Destas, findaram com a prolação de despacho de arquivamento, em processos de inquérito 231 suspensões provisórias e, na fase preliminar do processo sumário, 162, num total de **393**, com uma taxa de sucesso de **87,72%**. Nos casos de revogação da suspensão provisória do processo, findaram com a dedução de acusação 29 em processo de inquérito e 13 em processo sumário, num total de **42**, com uma taxa de insucesso de **9,37%**. Findaram 13 por outros motivos.



Fase de instrução

CRIM.9 – Instrução.

Na comarca de Vila Real e no período de 01-01-2019 a 31-12-2019, foi requerida a instrução em **125** processos, que somados aos **63** vindos do ano anterior perfazem o total de **188** processos movimentados.

Foi proferido despacho de pronúncia em **56** processos, de não pronúncia em **45** processos, findaram **7** por suspensão provisória, **25** por outros motivos, num total de **133**.

Transitam **55** para o período seguinte.

Fase de julgamento

CRIM.10 – Processo sumário

Durante o ano foram recebidos **370** autos de notícia, foram arquivados **175**, suspensos provisoriamente **182**. Foi requerido o julgamento em processo sumário em **131**, e remetidos para inquérito **4**.

Cumpriram-se, assim, os objectivos fixados para o uso do processo sumário.

CRIM.11 – Processos penais na fase de julgamento.

Entraram **1003** processos para julgamento que, somados aos **392** vindos do ano anterior, dão um total de **1395** processos movimentados.

Findaram em fase de julgamento **757** processos, sendo **686** por julgamento onde foi proferida decisão condenatória, **71** por julgamento onde foi proferida decisão absolutória, num total de **757** processos efectivamente julgados, e findaram por outros motivos **221**.

Em termos percentuais corresponde uma percentagem de procedência da acusação de **90,62%**, e uma percentagem de improcedência de **9,38%**, no que diz respeito à totalidade dos processos efectivamente julgados.



MINISTÉRIO PÚBLICO
PORTUGAL

PROCURADORIA DA REPÚBLICA DA COMARCA DE VILA REAL
MAGISTRADO DO MINISTÉRIO PÚBLICO COORDENADOR

Fase de Recurso

CRIM.12 – Recursos.

O Ministério Público interpôs **16** recursos e respondeu a **113**.

O maior número de recursos interpostos é do Juízo Local Criminal de Chaves (5), seguido do Juízo Local Criminal de Peso da Régua (4) e do Juízo Central Criminal de Vila Real (3).

O maior número de recursos respondidos é do Juízo Local Criminal de Chaves (30), seguido do Juízo Central Criminal de Vila Real (28), do Juízo Local Criminal de Vila Real (20) e do Juízo Local Criminal de Peso da Régua (15).

Constata-se um reduzido número de recursos interpostos no Juízo Local Criminal de Vila Real (1) e de Valpaços (1) e nenhum recurso interposto no Juízo de Competência Genérica de Vila Pouca de Aguiar e no Juízo de Competência Genérica de Alijó.

Impõe-se maior controle das decisões judiciais por parte do Ministério Público, aspecto que continuará a ser acompanhado no ano judicial de 2020.

Recuperação de Activos

CRIM.13 – Recuperação de activos.

Na comarca houve (1) processo de inquérito de Alijó onde que foi pedida a intervenção do Gabinete de Recuperação de Activos.

Importa continuar a corrigir este aspecto no ano judicial de 2020,

CRIM.14 – Gabinete de administração de bens – GAB.

Não foi requerida a intervenção do GAB.

CRIM.15 – Recuperação de activos (tipos legais de crime).

Pedido em inquérito por crime de peculato.

Sede: Palácio da Justiça, Praça Luís de Camões, 5000-626 Vila Real

Telefone: 259309950; **Telefax:** 259309989;

E-mail: ministeriopublico.coordenador.vilareal@tribunais.org.pt



Processos não penais

CRIM.19 – Processos não penais (transgressões/contravenções e internamentos compulsivos).

Os números constantes deste mapa dizem respeito a processos de internamento compulsivo. Vinham do exercício anterior **12**, deram entrada **63**, findaram **63** e transitam para o ano seguinte **12**.

Recursos de impugnação judicial

CRIM.20 – Recurso de impugnação judicial em processo de contraordenação.

Foram apresentados em juízo **48** recursos e findaram **52**. Destes, **0** foram rejeitados, **2** foram decididos por despacho e **39** por sentença. Não obtiveram provimento **18**, foram parcialmente providos **7**, e obtiveram provimento **14**.

I.3 - Área de Família e Menores

Compreende a actividade desenvolvida no Juízo de Família e Menores de Vila Real, com competência nos Municípios de Mesão Frio, Mondim de Basto, Murça, Peso da Régua, Sabrosa, Santa Marta de Penaguião e Vila Real, e os Juízos de Competência Genérica de Alijó, Montalegre, Valpaços, Vila Pouca de Aguiar (que compreende os municípios de Vila Pouca de Aguiar e Ribeira de Pena) e o Juízo Local Cível e Juízo Local Criminal de Chaves (com competência nos municípios de Chaves e Boticas), que têm também competência em matéria de família e menores.

O quadro de magistrados do Juízo de Família e Menores de Vila Real é de 1 juiz e de 1 Procurador da República, o qual esteve provido no ano judicial de 2019.



MINISTÉRIO PÚBLICO
PORTUGAL

PROCURADORIA DA REPÚBLICA DA COMARCA DE VILA REAL
MAGISTRADO DO MINISTÉRIO PÚBLICO COORDENADOR

A comarca tem, assim, especialização na jurisdição de família e menores, apenas, em pouco mais de metade dos municípios que a compõem.

Justificava-se a criação e instalação de um outro Juízo de Família e Menores em Chaves, com competência para a área dos municípios que não tem jurisdição especializada de família e menores.

Foi o seguinte o trabalho desenvolvido pelo Ministério Público nesta área:

Procedimentos tutelares cíveis:

FM.1 – Procedimentos do MP previstos no DL 272/2001 – Família e Menores.

FM.2 – Acordos de regulação do exercício das responsabilidades parentais em acção de separação de pessoas e bens, de divórcio por mútuo consentimento. Pareceres do Ministério Público. Art.º 14º do DL 272/2001.

FM.3 – Acções tutelares cíveis e incidentes.

FM.4 – Averiguações oficiosas de paternidade e maternidade

Os mapas FM.1, FM.2, FM.3 e FM.4, formam um primeiro sub-grupo da área de família e menores e referem-se aos procedimentos tutelares cíveis.

Neste capítulo, entraram **22** procedimentos previstos no DL 272/2001, de 13-10, sendo **0** para suprimimento de consentimento, e **22** para autorização para a prática de actos.

Findaram **19**, 18 dos quais procedentes e 1 improcedentes.

Transitam para o próximo ano 3 pedidos, (0 vinham do ano anterior).

O MP emitiu **180** pareceres em acordos de regulação do exercício das responsabilidades parentais em acção de separação de pessoas e bens e de divórcio por mútuo consentimento, nos termos do art.º 14º do DL 272/2001, de 13.10, sendo 179 de concordância e 1 de não concordância.



O maior volume processual diz respeito a acções tutelares cíveis e incidentes, e, dentro destas, sobressaem as acções de regulação do exercício das responsabilidades parentais (181 movimentadas), a sua alteração (130 movimentadas), os incidentes de incumprimento (213 movimentados), a as acções de alteração de alimentos (35 movimentadas).

As averiguações oficiosas de paternidade (20 movimentadas) seguem-se, como tipo de processo mais frequente.

Por regra terminam com o termo de perfilhação (7 em 11), depois de realizados os exames hematológicos.

Quer nos procedimentos do MP previstos no DL 272/2001, de 13.10, quer nos pareceres emitidos, nos acordos de regulação do exercício das responsabilidades parentais em acção de separação de pessoas e bens, de divórcio por mútuo consentimento, quer nas acções tutelares cíveis e incidentes, o MP findou um muito maior número de processos do que aqueles que se iniciaram.

Processo de promoção e protecção

FM.5 – Processos de promoção e protecção

FM.6 – Procedimentos de urgência (art.ºs 91º/92º da LPCJP)

FM.7 – Interlocação das comissões de protecção das crianças e jovens

FM.8 – Visitas a instituições de acolhimento

Os processos de promoção e protecção – mapas FM.5, FM.6, FM.7 e FM.8 – formam um segundo sub-grupo da área de família e menores e dizem respeito a processos de promoção e protecção, a que se refere a 147/99, de 01 de Setembro, alterada e republicada pela lei 142/2015, de 08 de Setembro.

Na comarca foram instaurados **85** processos, 83 a requerimento do MP 2 a requerimento de outros, e foram arquivados sem aplicação de medida **13**.

Foram aplicadas **51** medidas de promoção e protecção, sendo **32** tomadas por acordo e **19** após debate judicial.



Foram requeridos pelo MP **13** procedimentos judiciais urgentes nos termos dos art.ºs 91.º e 92.º da LPCJP, sendo **11** confirmados como situações de perigo e **2** não confirmados.

O MP esteve presente em **12** reuniões das CPCJ na modalidade alargada; Verificou **102** processos respeitantes a maus tratos negligência grave e abusos sexuais.

Não requereu a abertura de processo judicial em **2** comunicações recebidas das CPCJ, fez 8 pedidos de apreciação judicial da decisão da CPCJ e recebeu **0** comunicação para instauração de procedimento tutelar cível.

Fez **2** visitas à Instituição de Acolhimento Florinhas da Neve em Vila Real, **2** ao Patronato S. José e **1** à Casa da Criança.

Processo tutelar educativo

FM.9 – Inquéritos tutelares educativos

No período em análise, deram entrada **63** processos de inquérito tutelar educativo, que, somados aos **10** vindos do ano anterior, perfazem o total de **73**. Destes, **4** foram arquivados liminarmente nos termos do artigo 78º, **5** foram arquivados por inexistência do facto ou insuficiência indiciária, **12** por desnecessidade de medida tutelar, e **7** por outros motivos, perfazendo um total de **28** inquéritos arquivados.

Foram suspensos **4** inquéritos e foi requerida a abertura da fase judicial em **4** inquéritos, **4** com medidas não institucionais e **0** com medidas institucionais.

Foram remetidos ou incorporados **3** inquéritos perfazendo o total de inquéritos findos de **39**. Transitam para o período seguinte, **34** inquéritos, 16 dos quais todos há menos de **3** meses.

FM.11 – Factos qualificados como crime investigados em inquérito tutelar educativo

Os factos investigados nos inquéritos tutelares educativos na comarca que constituem crime, integram, por ordem decrescente, os crimes de ofensa à integridade física simples e qualificada (**20+4=24**), furto simples (**6**), ameaças (**6**), condução sem habilitação legal (**5**), incêndio (**4**), Injúria (**4**).



Os crimes de ofensa à integridade física e furto constituem, assim o maior número de crimes cometidos e investigados nestes processos.

FM.12 – Inquéritos tutelares educativos. Detenção e medidas cautelares de guarda.

Nada a registar no ano judicial de 2017.

FM.13 – Inquéritos tutelares educativos. Resultado da fase jurisdicional.

Foi requerida a abertura da fase jurisdicional em **4** processos de inquérito tutelar educativo, tendo findado com aplicação de medida em **3** e **1** remetido para outra secção.

FM.14 – Visitas a Centros Educativos.

Não foi efectuada visita a qualquer Centro Educativo.

Recursos

FM.15 – Recursos.

O MP não interpôs nem respondeu a recursos nesta área.

I.4. - Área do trabalho

Compreende a actividade desenvolvida no Juízo do Trabalho de Vila Real, com competência em toda a comarca de Vila Real, num total de 14 Municípios.

Com a reforma do sistema judiciário, a então Secção do Trabalho da Instância Central do Tribunal Judicial da Comarca de Vila Real (Juízo do Trabalho de Vila Real, a partir de 1 de Janeiro de 2017) estendeu a sua competência relativamente à competência do anterior Tribunal do Trabalho de Vila Real passando a abranger também os Municípios de Mesão Frio, Peso da Régua e Santa Marta de Penaguião, que antes da Reforma integravam o Círculo Judicial de Lamego.



MINISTÉRIO PÚBLICO
PORTUGAL

PROCURADORIA DA REPÚBLICA DA COMARCA DE VILA REAL
MAGISTRADO DO MINISTÉRIO PÚBLICO COORDENADOR

O quadro de Magistrados do Juízo do Trabalho de Vila Real é de 2 juízes e 2 Procuradores da República. Porém, embora se mantenham há anos colocados dois juízes, durante o ano judicial de 2019 estiveram colocados 2 (dois) Procuradores da República até 22 de Abril de 2019, sendo que a partir de 23 de Abril de 2019, um deles passou a assegurar o serviço do Juízo de Comércio de Vila Real, com consequente diminuição o serviço a seu cargo no Juízo do Trabalho que acresceu ao outro Procurador da República (cfr. Ordem de Serviço n.º 1/2019.VRCoord de 04-01-2019, Ordem de Serviço n.º 16/2019.VRCoord de 17-04-2019, Ordem de Serviço n.º 18/2019.VRCoord de 02-05-2019 e Ordem de Serviço n.º 19/2019.VRCoord de 13-05-2019) com algumas implicações negativas para a prestação funcional do Ministério Público que isso acarretou.

Em função do movimento existente, impõe-se que se mantenham em funções dois Procuradores da República só com o serviço do Juízo do Trabalho, o que apenas em parte sucedeu no ano judicial de 2019, pois tal movimento tem justificado, há já alguns anos, a efectiva afectação de dois magistrados judiciais.

A capacidade de resposta do Ministério Público ao serviço que lhe está afecto continua a causar alguns danos aos trabalhadores que procuram o Juízo do Trabalho de Vila Real, embora se tivessem reduzido as dilações de marcação de tentativas de conciliação em processos emergentes de acidentes de trabalho

Apesar do que se vem dizendo, a resposta do Ministério Público ao serviço que lhe está cometido – reflectida nos mapas anexos para os quais se remete – afigura-se uma boa resposta dentro das circunstâncias e revela grande empenho dos Procuradores da República que ali exerceram funções no ano de 2019.

Porém, o adequado desempenho das correspondentes funções, por forma a ir de encontro às expectativas comunitárias, exige a afectação de 2 (dois) magistrados do Ministério Público apenas a este Juízo do Trabalho.

Actividade desenvolvida no Juízo do Trabalho:



TRAB.1 – Acções laborais

O Ministério Público instaurou **5** acções emergentes de contrato de trabalho, em patrocínio dos trabalhadores e contestou **0** acções da mesma espécie. Vindo **6** do ano anterior, movimentou **11** acções. Destas findaram durante o ano, **9** acções, todas procedentes. Transitaram para o ano seguinte **2**.

Do ano anterior não vinham acções em que o Estado fosse parte, nem entrou no ano qualquer acção, não tendo transitado nenhuma para o ano seguinte.

TRAB.2 – Processos por acidente de trabalho

Deram entrada durante o ano **333** processos de acidente de trabalho, sendo **2** mortais e **331** não mortais, que, somados aos **377** que transitaram do ano anterior, perfazem **710** processos de acidente de trabalho. Findaram **383** e ficaram pendentes para o ano seguinte **3277**.

TRAB.3 – Processos por acidente de trabalho. Fase conciliatória.

Na fase conciliatória do processo de acidente de trabalho findaram, durante o ano, **290** por conciliação, ou seja, **52,01%** do total de **557** movimentados (**254** vindos do ano anterior e **303** entrados), **40** por outros motivos, ou seja, **7,18%** do total de movimentados, e ficaram pendentes para o ano seguinte **227**, e destes, **175** aguardam a realização de perícia médica.

TRAB.4 – Processos por acidente de trabalho. Patrocínio do Ministério Público.

O Ministério Público patrocinou **56** trabalhadores sinistrados do trabalho propondo **56** acções emergentes de acidente de trabalho, mais **53** que no ano judicial de 2018.

Nesta área, ainda, interpôs e respondeu a **7** recursos, menos **21** que no ano judicial de 2018.

TRAB.5 – Actividade do Ministério Público conexa com Processos por acidente de trabalho.



O Ministério Público requereu **30** juntas médicas, **31** pedidos de revisão de incapacidades, actualizou **312** pensões e entregou **198** capitais de remição, números que superam os do ano judicial de 2018.

TRAB.6 – Processos por doenças profissionais propostas pelo Ministério Público.

Não foram distribuídos nem pendiam processos emergentes de doença profissional na secção do trabalho da comarca.

TRAB.7 – Outras acções especiais com intervenção do Ministério Público.

Durante o ano deram entrada **2** acções especiais com intervenção do MP, que somadas às 0 vindas do ano anterior, perfazem o total de 2. Findou 1 e transitou para o ano seguinte 1.

O Ministério Público patrocinou trabalhadores em **2** acções de impugnação judicial da regularidade e licitude do despedimento (art.º 98.º-B do C.P.T.).

TRAB.8 – Impugnações judiciais em processos de contra-ordenação.

O Ministério Público apresentou para julgamento **61** recursos de impugnação judicial em processos de contra-ordenação. Destes, somados aos pendentes, vindos do exercício anterior, findaram, 50, sendo, em 6 deles providos (confirmada a decisão da Autoridade Administrativa), 7 parcialmente providos e 34 não providos.

TRAB.9 – Recursos.

O Ministério Público interpôs **7** recursos e respondeu a **9**. Destes foram julgados 17, tendo sido julgados 5 interpostos pelo Ministério Público e 12 respondidos pelo Ministério Público, de que 2 daqueles (interpostos pelo Ministério Público) foram providos, 2 parcialmente provido e 1 não providos. Dos recursos respondidos pelo Ministério Público, 3 foram providos, 7 parcialmente providos e 2 não providos.

I.5. – Área de Comércio.



A actividade do Ministério Público nesta área compreende o trabalho desenvolvido nos Juízos Locais Cíveis de Vila Real e de Chaves, nos Juízos de Competência Genérica de Alijó, Montalegre, Peso da Régua, Valpaços, Vila Pouca de Aguiar até 23 de Abril de 2019 e apenas no Juízo do Comércio de Vila Real a partir de 23 de Abril de 2019.

Mapas – área de comércio

COM.1 – Movimento de Insolvências.

Entraram durante o ano **81** processos de insolvência. Vinham do ano anterior 280 processos com insolvência declarada e 9 sem insolvência declarada. Foram assim, movimentados **370** processos.

Findaram, durante o ano com insolvência declarada **63** processos e **17** sem insolvência declarada, num total de **80**.

Transitam para o próximo ano 282 processos com insolvência declarada e 8 sem insolvência declarada, num total de 290.

COM.2 – Intervenções mais relevantes em processo de insolvência.

O Ministério Público reclamou créditos nos termos do art.º 128º, do art.º 146º e art.º 17-D do CIRE, em **44** processos em representação da Fazenda Nacional, em **0** em representação de outras entidades do Estado, **2** em patrocínio dos trabalhadores e em **1** por custas e coimas.

O Ministério Público participou em **12** assembleias de credores e emitiu **13** pareceres em qualificação da insolvência.

O Ministério Público elaborou **1** (uma) impugnação da lista do artigo 129º do CIRE (créditos reconhecidos e não reconhecidos).



COM.3 – Valores dos créditos reclamados em Processo de Insolvência e Processo Especial de Revitalização.

O Ministério Público reclamou créditos nos termos do art.º 128º e art.º 146º e art.º 17º-D do CIRE, no valor global de **€ 953.125,86**, o que constitui uma aumento relativamente ao ano judicial de 2018.

COM.4 – Créditos rateados pelos credores

De um total de € 3.236.953,93 rateados, foi rateado a favor da Fazenda Nacional o valor de **€ 295.804,52**, o que representa um enorme aumento relativamente ao valor do ano judicial de 2018.

COM.5 – Movimento de Processos Especiais de Revitalização

Entraram neste período **15** Processos Especiais de Revitalização, que somados aos 25 vindos do exercício anterior, perfazem **40**. Destes findaram 31 e transitam, para o ano seguinte, 9.

COM.6 – Acções declarativas, providências cautelares e acções de verificação ulterior de créditos.

O Ministério Público instaurou **4** acções declarativas, providências cautelares e acções de verificação ulterior de créditos e contestou **0**.

COM.7 – Recursos.

O Ministério Público não interpôs qualquer recurso, mas respondeu a 5. Foi julgado 1 recurso respondido pelo Ministério Público que foi não provido.

I.6. - Área de execução



MINISTÉRIO PÚBLICO
PORTUGAL

PROCURADORIA DA REPÚBLICA DA COMARCA DE VILA REAL
MAGISTRADO DO MINISTÉRIO PÚBLICO COORDENADOR

Compreende a actividade desenvolvida em todos os Juízos da Comarca de Vila Real.

Mapas – área de execução

EXEC.1 – Execuções instauradas pelo Ministério Público.

O Ministério Público instaurou **81** execuções por custas/multas/coimas, execuções de sentença nos Juízos do Trabalho de Vila Real, Juízo de Execução de Chaves, Juízos Central e Locais Cíveis, Juízos Criminais (Central e Locais) e outras execuções, cujo valor ascendeu a € **156.220,46**.

EXEC.2 – Reclamações de créditos – Ministério Público.

O Ministério Público reclamou créditos da Fazenda Nacional em **23** processos de execução.

EXEC.3 – Recursos

O Ministério Público interpôs 1 (um) recurso na área das execuções no Juízo de Competência Genérica de Alijó.

*

I.7. - Área comum a todas as jurisdições.

MC.1 – Cartas rogatórias a cumprir pelo Ministério Público.

O Ministério Público, durante o ano, cumpriu **17** cartas rogatórias, todas da área penal, sobressaindo a Procuradoria do Juízo Local Criminal de Chaves com **9**, o que poderá ter explicação no facto de se tratar de um concelho fronteiriço e com muitos cidadãos a residir no estrangeiro.

MC.2 – Decisões hierárquicas específicas.



O Ministério Público, ao nível da direcção hierárquica, interveio ainda hierarquicamente, nos termos do artigo 278º, do C.P.P. em **15** processos, o que se traduziu numa diminuição de intervenções hierárquicas, relativamente ao ano judicial de 2018.

MC.3 – Processos administrativos.

O Ministério Público instaurou **55** processo administrativo na área penal, **321** na área cível (menos que no ano judicial de 2018), **212** na área de família e menores (mais 56 que no ano judicial de 2018), **179** na área da Gestão/organização, e **131** na área do trabalho, e **26** na área do Comércio, num total de **924**.

Destes, **674** tiveram em vista a recolha de elementos para propositura ou contestação de acções, **220** o acompanhamento de outros processos, **19** para outros assuntos.

Vieram **559** do ano anterior, que, acrescidos dos **924** instaurados no ano, dá um total de **1483** processos administrativos movimentados. Findaram **874**, pelo que transitam para o ano seguinte **609**.

MC.4 – Atendimento ao público.

O Ministério Público efectuou 374 atendimentos de pessoas, o que representa uma diminuição relativamente ao ano judicial anterior. O atendimento, na comarca, é assegurado pelos magistrados. Só excepcionalmente é feito por funcionários, e, neste caso, sempre sob a sua supervisão.

O maior número de atendimentos é, por ordem decrescente, das áreas do trabalho, família e menores, cível e penal.

Na Procuradoria do Juízo de Competência Genérica de Peso da Régua, para aliviar as dificuldades dos cidadãos em se deslocarem ao Juízo de Família e Menores de Vila Real, os Procuradores-Adjuntos ali colocados fazem o atendimento ao público na área de família e menores e transmitem-no depois à Procuradora da República no Juízo de Família e Menores de Vila Real.



*

II – Apresentação de forma sucinta de:

II.1. Situações não resolvidas de pendências processuais excessivas.

Não existem na comarca em geral situações de pendências processuais excessivas não resolvidas.

Durante o ano, houve um grande número de atendimentos e processos administrativos na área do trabalho, de família e menores e cível.

Verifica-se também que a percentagem de processos de inquérito pendentes há mais de oito meses em 31-12-2019, aumentou relativamente ao ano anterior, situando-se agora em 36,54%.

Teve-se como propósito baixar a percentagem do ano anterior para a aproximar dos objectivos propostos, ou seja, próxima de 25% do total de pendentes.

Contudo, vários factores contribuíram para que tal não fosse possível. Por um lado, a circunstância de no município de Vila Real ter exercido funções menos um Procurador-adjunto que no ano de 2018 (eram 5 e passaram a ser 4), com a consequente redistribuição de inquéritos pelo 4 Procuradores-adjuntos.

Por outro lado, a falta de resposta da Polícia Judiciária sobretudo na investigação e crimes de corrupção e conexos, de criminalidade económico-financeira e cibercriminalidade.

Há inquéritos iniciados há quase dois anos que não têm a investigação iniciada por falta de capacidade de resposta da Polícia Judiciária (Directoria do Norte e Departamento de Investigação Criminal de Vila Real, antiga ULIC de Vila Real) que se vê confrontada com uma gritante falta de inspectores ao mesmo tempo que tem a seu cargo a investigação de processos complexos e prioritários dos DIAP Regionais do Porto e de Coimbra que não lhes deixam tempo para a investigação de outros.

Acresce ainda o facto de o regime do maior acompanhado que entrou em vigor no pouco após o início do ano de 2019 ter obrigado a uma série de diligências com a presença do



Ministério Público longe das instalações dos tribunais, que retira muito tempo aos magistrados que poderiam ser utilizado no despacho dos inquéritos. Por último, acresce, entre outras, a circunstância de ter havido um aumento exponencial de inquéritos de violência doméstica que, pelo seu próprio regime de tramitação em que se insere o cumprimento das Directivas da PGR, obriga a uma grande ocupação de tempo pelos magistrados que têm a seu cargo tais processos, com prejuízo para a tramitação dos outros que não revistam carácter urgente.

A situação continua a ser monitorizada. Contudo, estes problemas só se resolvem com a colocação de mais magistrados, apesar de continuarem a ser implementadas medidas, designadamente de alteração do peso da distribuição que cabe a cada magistrado e de afectação de inquéritos, que poderão minorar um pouco a situação.

De igual modo está a ser monitorizada a área da família e menores com vista à conclusão mais rápida de processos pendentes sem procedimento e ao acompanhamento e interlocução das CPCJs.

II.2. Persistentes insuficiências ao nível dos meios humanos e dos instrumentos e condições físicas de trabalho:

II.2.1. – Magistrados do Ministério Público:

Nos termos do disposto no artigo 8º, n.º 1 do Decreto-Lei n.º 49/2014, de 27 de Março, e mapa V anexo a este Decreto-Lei (alterado pelo art. 14.º e Anexo I do Decreto-Lei n.º 86/2016, de 27 de Dezembro e arts. 46.º e 47.º do Decreto-Lei n.º 38/2019, de 18-03 e mapa V anexo), o quadro de magistrados do Ministério Público é de **7 a 8** Procuradores da República e de **13 a 15** Procuradores-adjuntos, num total de **20 a 23** magistrados.

Assim, estiveram colocados:

Alijó: 1 Procurador-adjunto;

Chaves: 1 Procurador da República e **3** Procuradores-adjuntos;

Sede: Palácio da Justiça, Praça Luís de Camões, 5000-626 Vila Real

Telefone: 259309950; **Telefax:** 259309989;

E-mail: ministeriopublico.coordenador.vilareal@tribunais.org.pt



MINISTÉRIO PÚBLICO
PORTUGAL

PROCURADORIA DA REPÚBLICA DA COMARCA DE VILA REAL
MAGISTRADO DO MINISTÉRIO PÚBLICO COORDENADOR

Montalegre: 1 Procurador-adjunto;

Peso da Régua: 2 Procuradores-adjuntos;

Valpaços: 0 Procurador-adjunto (1 do quadro complementar);

Vila Pouca de Aguiar: 1 Procurador-adjunto;

Vila Real: 5 Procuradores da República e 4 Procuradores-adjuntos.

Dos 13 a 15 Procuradores-adjuntos previstos para a Comarca de Vila Real, estiveram colocados 12 (mais 1 do quadro complementar).

É necessário mais 1 Procurador-adjunto no Juízo Local Criminal de Chaves (tendo em conta que foi aberto o Juízo de Proximidade em Boticas, município integrado no Juízo Local Criminal de Chaves, onde se realizam julgamentos e ainda o aumento significativo dos processos de violência doméstica e o facto de o Procurador-adjunto em funções de representação trabalhar com 3 Juízes ocupando o tempo praticamente todo em julgamentos), é necessário colocar mais 1 Procurador-adjunto em Vila Pouca de Aguiar e um outro em Vila Real.

Dos 7 a 8 Procuradores da República estiveram apenas colocados 5 (cinco): acresceu a este número uma Procurador da República do quadro complementar que esteve colocada do Juízo do Trabalho e, a partir de 23 de Abril de 2019, passou a exercer também funções no Juízo do Comércio de Vila Real, com a consequente diminuição do serviço a seu cargo no Juízo do Trabalho que acresceu ao outro Procurador da República ali colocado-

Dois (2) Procuradores da República estiveram, por isso, colocados no Juízo Central Criminal e Juízo Central Cível de Vila Real, um (1) no Juízo de Família e Menores de Vila Real, dois (2) no Juízo do Trabalho de Vila Real partilhando um deles com o Juízo de Comércio de Vila Real, e 1 (um) no Juízo de Execução e Juízo Local Cível de Chaves.

Contudo, **do lado na magistratura judicial**, para a Comarca de Vila Real, prevê-se um quadro entre 23 e 26 Juízes, e, durante o ano judicial de 2019 estiveram colocados 25 juízes, sendo 2 como Juízes auxiliares.



Ou seja, enquanto no Ministério Público estiveram colocados 19 magistrados abaixo do quadro mínimo de 20, **na magistratura judicial há mais 2 magistrados que o mínimo** do respectivo quadro, ficando a apenas 1 do número **máximo**, o que tem repercussão no agendamento de actos a que o Ministério Público tem de estar presente e no despacho dos processos em que o Ministério Público promove, retirando tempo ao Ministério Público para a prática dos actos próprios desta magistratura.

É necessário dotar a comarca de Procuradores da República de forma a manter 2 (dois) no Juízo do Trabalho de Vila Real, 1 (um) no Juízo de Comércio e 1 (um) em funções de magistrado de dirigente de secção para a área da investigação criminal (inquéritos) e instrução criminal.

O Juízo do Trabalho conta com dois magistrados judiciais, face ao seu movimento, dado que, desde a reforma judiciária, ao serviço que competia ao antigo Tribunal do Trabalho de Vila Real, foi acrescentado o serviço da área dos Municípios de Peso da Régua, Mesão Frio e Santa Marta de Penaguião.

Ora, no município de Vila Real os serviços Judiciais e do Ministério Público estão instalados em dois edifícios, distanciados cerca de 1000 metros.

Para uma cabal resposta, há necessidade de serem colocados em efectividade de funções nesta comarca, sete (7) Procuradores da República, assim distribuídos:

- Dois (2), para o Juízo do Trabalho de Vila Real (onde exercem funções 2 juízes);
- Um (1), para o Juízo de Comércio (onde exerce funções 1 juiz);
- Um (1), para o Juízo de Família e Menores de Vila Real (onde exerce funções 1 juiz);
- Dois (2), para os Juízos Centrais Criminal e Cível de Vila Real (onde exercem funções 5 juízes)
- Um (1), para o Juízo de Execução e Juízo Local Cível de Chaves (onde exercem funções 4 Juízes).



PROCURADORIA DA REPÚBLICA DA COMARCA DE VILA REAL
MAGISTRADO DO MINISTÉRIO PÚBLICO COORDENADOR

- 1 (um) para o exercício de funções de magistrado de dirigente de secção para a área da investigação criminal (inquéritos) e instrução criminal, assumindo ainda a titularidade de inquéritos mais graves.

E há necessidade de serem colocados pelo menos quinze (15) Procuradores-adjuntos (agora também Procuradores da República):

- Um (1) no Juízo de Competência Genérica de Alijó (onde exerce funções 1 juiz);
- Quatro (4) no Juízo Local Criminal de Chaves (onde exercem funções 2 juizes), abrangendo os inquéritos, onde há especialização de violência doméstica, e instrução criminal.
- Um (1) no Juízo de Competência Genérica de Montalegre (onde exerce funções 1 juiz);
- Dois (2) no Juízo de Competência Genérica de Peso da Régua (onde exerce funções 1 juiz);
- Um (1) no Juízo de Competência Genérica de Valpaços (onde exerce funções 1 juiz);
- Dois (2) no Juízo de Competência Genérica de Vila Pouca de Aguiar (onde exerce funções 1 juiz, mas em que o movimento anual de inquéritos ocupa quase dois magistrados, sendo certo que o segundo poderia assumir ainda serviço de Vila Real);
- Quatro (4) no Juízo Local Criminal de Vila Real (onde exercem funções 2 juizes), e nos inquéritos, onde há especialização de violência doméstica, e instrução criminal. Ou 5 (cinco), ficando um deles também com serviço de Vila Pouca de Aguiar, no caso de ali continuar a ficar apenas colocado um magistrado.

II.2.2. Funcionários do Ministério Público:

A Portaria n.º 161/2014, de 21 de agosto, alterada pelas Portarias n.ºs 93/2017, de 6 de Março, 118/2019, de 18 de Abril, e 372/2019, de 15 de Outubro, fixou o quadro de oficiais



MINISTÉRIO PÚBLICO
PORTUGAL

PROCURADORIA DA REPÚBLICA DA COMARCA DE VILA REAL
MAGISTRADO DO MINISTÉRIO PÚBLICO COORDENADOR

de justiça afectos ao serviço do Ministério Público para a comarca de Vila Real em 31, assim distribuídos:

Vila Real:

1 Técnico de justiça principal;

6 Técnicos de justiça adjuntos;

7 Técnicos de justiça auxiliares.

Alijó:

1 Técnico de justiça adjunto;

1 Técnico de justiça auxiliar.

Chaves:

1 Técnico de Justiça Principal

3 Técnicos de justiça adjuntos;

3 Técnicos de justiça auxiliares.

Montalegre:

1 Técnico de justiça adjunto;

1 Técnico de justiça auxiliar.

Peso da Régua:

1 Técnico de justiça adjunto;

1 Técnico de justiça auxiliar.

Valpaços:

Sede: Palácio da Justiça, Praça Luís de Camões, 5000-626 Vila Real

Telefone: 259309950; **Telefax:** 259309989;

E-mail: ministeriopublico.coordenador.vilareal@tribunais.org.pt



MINISTÉRIO PÚBLICO
PORTUGAL

PROCURADORIA DA REPÚBLICA DA COMARCA DE VILA REAL
MAGISTRADO DO MINISTÉRIO PÚBLICO COORDENADOR

1 Técnico de justiça adjunto;

1 Técnico de justiça auxiliar.

Vila Pouca de Aguiar:

1 Técnico de justiça adjunto;

1 Técnico de justiça auxiliar.

O Quadro de Funcionários do Ministério Público está assim preenchido:

Alijó:

2 Técnicos de justiça auxiliares.

Chaves:

4 Técnicos de justiça adjuntos

1 Técnicos de justiça auxiliares.

Montalegre:

1 Técnico de justiça adjunto;

1 Técnico de justiça auxiliar;

Peso da Régua:

1 Técnico de justiça adjunto;

1 Técnico de justiça auxiliar.

Valpaços:

2 Técnicos de justiça adjuntos;

Vila Pouca de Aguiar:

Sede: Palácio da Justiça, Praça Luís de Camões, 5000-626 Vila Real

Telefone: 259309950; **Telefax:** 259309989;

E-mail: ministeriopublico.coordenador.vilareal@tribunais.org.pt



MINISTÉRIO PÚBLICO
PORTUGAL

PROCURADORIA DA REPÚBLICA DA COMARCA DE VILA REAL
MAGISTRADO DO MINISTÉRIO PÚBLICO COORDENADOR

1 Técnico de justiça adjunto;

1 Técnico de justiça auxiliar.

Vila Real:

1 Técnico de Justiça Principal

6 Técnicos de justiça adjuntos;

5 Técnicos de justiça auxiliares.

Faltam, por isso, 4 oficiais de justiça em toda a comarca, 2 em Chaves e 2 em Vila Real, e 1 no Peso da Régua, num total de 4.

O quadro de oficiais de justiça do Ministério Público para Peso da Régua é manifestamente deficitário, e deveria ser de 3 e não de apenas de 2, uma vez que um dos dois ali colocados deveria exercer funções no Juízo de Proximidade de Mesão Frio. A ser assim, seria completamente impossível a apenas um oficial de justiça dar apoio a duas magistradas do Ministério Público em exercício de funções nos Juízos Locais Criminal e Cível de Peso da Régua e respectiva Procuradoria onde se inclui a respectiva Secção de inquéritos. Trata-se de um quadro claramente mal dimensionado. Pelo que a solução foi manter os dois oficiais de justiça em Peso da Régua.

Assim, **seria necessário colocar ao serviço do Ministério Público mais 5 oficiais de justiça**, acrescidos de mais 4 para os juízos de proximidade de Boticas, Sabrosa, Murça e Mesão Frio, num total de 9.

II.2.3. – Instalações:

No município de Vila Real, os Juízos e respectivas Procuradorias estão instalados em dois edifícios: o Palácio da Justiça onde ficaram instalados os Juízos Central e Local Criminais e o



MINISTÉRIO PÚBLICO
PORTUGAL

PROCURADORIA DA REPÚBLICA DA COMARCA DE VILA REAL
MAGISTRADO DO MINISTÉRIO PÚBLICO COORDENADOR

Juízo de Família e Menores e respectivas Procuradorias, a Procuradoria da República da Comarca de Vila Real, o Conselho de Gestão e a Secretaria Judicial.

Os Juízos Central e Local Cível de Vila Real, o Juízo do Trabalho de Vila Real e o Juízo de Comércio de Vila Real estão instalados, desde 1 de Abril de 2016 em edifício próprio, restaurado para o efeito, o qual dista cerca de 1 Km do Palácio da Justiça de Vila Real (o Juízo de Comércio está ali instalado desde o dia 23 de Abril de 2019, data da sua instalação).

No ano judicial de 2017 iniciaram-se obras no Palácio da justiça de Vila Pouca de Aguiar, que já se encontram findas.

Para além deste Palácio da Justiça, continuam a ser necessárias obras, com muita urgência **nos Palácios da Justiça de Montalegre, Alijó e Peso da Régua**, pois encontram-se num avançado estado de degradação e de enorme falta de conforto para os magistrados e funcionários que lá trabalham e para quem a eles se desloca, para participar em actos judiciais.

A situação continua a ser de tal modo grave em Alijó, Montalegre e Peso da Régua que tem merecido a oposição dos Senhores Advogados em permanecer em audiências de julgamento por não aguentarem o frio que se faz sentir nas salas durante o inverno e o enorme calor no Verão.

Verifica-se uma enorme carência de material consumível, designadamente papel, esferográficas, toners, dedeiras, agraphadores, entre outros.

Na Procuradoria do Juízo Local Criminal de Vila Real, e nas Procuradorias de Chaves e Valpaços, Alijó, há falta de digitalizadores, impressoras, que torna insustentável o exercício de funções para quem ali trabalha.

No inverno há falta de aquecimento adequado das instalações em todos os edifícios do Tribunal Judicial da Comarca de Vila Real e respectivas Procuradorias.



MINISTÉRIO PÚBLICO
PORTUGAL

PROCURADORIA DA REPÚBLICA DA COMARCA DE VILA REAL
MAGISTRADO DO MINISTÉRIO PÚBLICO COORDENADOR

Há Palácios da Justiça que têm infiltrações de água, designadamente em Montalegre e Vila Real, em ambos os edifícios, e não dispõem de rampa de acesso a deficientes nas escadarias, como é o caso de Alijó.

Há gabinetes exíguos para magistrados do Ministério Público no Palácio da Justiça de Vila Real, que impedem o cabal exercício de funções, sobretudo quando se trata de proceder à inquirição ou interrogatório de pessoas.

Continua a não haver gabinetes adequados para acolher vítimas e muito menos vítimas especialmente vulneráveis.

Não há salas de reconhecimento de pessoas em nenhuma das instalações do Tribunal Judicial da Comarca de Vila Real (um gabinete preparado para esse efeito no Palácio da Justiça de Vila Real está desocupado, mas não é possível utilizá-lo por oposição do Senhor Juiz Presidente porque se encontra num corredor de acesso ao seu Gabinete e pretende ter privacidade nesse corredor. O outro gabinete para onde dá o vidro espelhado que permitiria realizar o reconhecimento, foi ocupado então como sala de apoio ao Juízo de Família e Menores e respectiva Procuradoria para acolhimento de crianças. Contudo, esta sua utilização é compatível com o uso para efectuar reconhecimentos se necessário fosse.

Há instalações sem efectiva segurança, designadamente sistemas de alarme, detectores de metais e videovigilância.

No Palácio da Justiça de Chaves, as pessoas acedem ao corredor de acesso aos gabinetes de Magistrados sem qualquer controle, sobretudo quando há diligências na sala de audiências do 1.º Andar.

A limpeza das instalações é deficitária.

II.3. Lacunas ou significativas insuficiências na disponibilidade de meios periciais ou de assessoria técnica:



MINISTÉRIO PÚBLICO
PORTUGAL

PROCURADORIA DA REPÚBLICA DA COMARCA DE VILA REAL
MAGISTRADO DO MINISTÉRIO PÚBLICO COORDENADOR

A comarca não está dotada de assessores com formação específica em economia, psicologia ou assistência social, cujo apoio seria essencial para o Ministério Público. A assessoria na área de economia é essencial para apoiar o Ministério Público no âmbito das insolvências, sobretudo de sociedades comerciais, em que é necessária a análise da contabilidade do insolvente, bem como na criminalidade económico-financeira.

A assessoria na área da psicologia e da assistência social é indispensável em situações predominantemente de ordem psicológica ou social, que não implicam qualquer intervenção no âmbito da competência do Ministério Público, ou quando a intervenção do Ministério Público não resolve o problema de origem que lhe está subjacente.

Mais se refere ainda (Chaves e Peso da Régua) como causa de algum atraso na prolação de despacho final nos processos de inquérito a demora na realização dos exames periciais no Laboratório de Polícia Científica da Polícia Judiciária (sobretudo nos exames à letra) na IGAC (relativamente a fonogramas) ou por peritos indicados pelas marcas nos crimes de contrafacção, relatórios e entrevistas a realizar pela DGRSP para suspensões provisórias dos processos, ou (Montalegre) a demora em alguns casos superior a 6/8 meses ou mais no envio dos relatórios de autópsia devido aos exames complementares efectuados no Instituto de Medicina Legal do Porto.

II.4. Medidas adoptadas ou propostas respeitantes à organização e métodos de trabalho, nomeadamente de desburocratização, simplificação de procedimentos, utilização de tecnologias de informação e transparência do sistema de justiça;

Na área de inquéritos está especializada a investigação dos crimes de violência doméstica, maus-tratos e contra a autodeterminação sexual, nos municípios de Vila Real e Chaves (municípios onde era possível fazer esta especialização).



No Juízo de Proximidade de Peso da Régua, para minorar as dificuldades dos cidadãos em se deslocarem ao Juízo de Família e Menores de Vila Real, os Procuradores-Adjuntos aí colocados fazem o atendimento ao público na área de família e menores e transmitem-no depois à Procuradora da República no Juízo de Família e Menores de Vila Real.

II.5. Iniciativas de construção de boas práticas;

Ao nível das boas práticas o Ministério Público propõe-se, à semelhança do que foi já dito em relatórios anteriores:

- a) Que o atendimento ao público seja feito por magistrados e as fichas inseridas no *citius*;
- b) Continuar a melhorar a articulação do Ministério Público com as CPCJs de toda a Comarca, como já tem vindo a acontecer desde o ano de 2018;
- c) Incrementar as reuniões com todos os OPCs, como se fez no ano de 2018, para melhorar a resposta na área da investigação criminal, família e menores, cível e internamentos compulsivos;
- d) Reunir com as Autoridades de Saúde e os Gabinetes de Medicina Legal para melhorar a articulação na área dos internamentos compulsivos, dos maiores acompanhados, e das perícias médico-legais em processo penal.
- e) Reunir com a Segurança Social a fim de ser dada resposta de cariz social a situações em que não se justifica o recurso a processos de acompanhamento ou em que estes por si só não respondem às necessidades do caso concreto, bem como para articular procedimentos com vista a concretizar as novas atribuições que lhe são deferidas pela Lei 141/2015, de 8 de Setembro.



- f) Incrementar as reuniões a APAV e NIAV para melhorar a investigação dos crimes de violência doméstica, maus-tratos e contra a autodeterminação sexual e uniformizar procedimentos, como já se fez este ano.

II.6. Avaliação da qualidade do serviço prestado aos cidadãos.

Na área cível não obstante os condicionalismos atrás referidos foi efectuado um enorme esforço pelos Magistrados do Ministério Público e pelos funcionários, para que os cidadãos fossem sempre devidamente informados, sendo atendidos pelo Magistrado do Ministério Público, sempre que necessário.

O Ministério Público empregou todos os esforços para que fosse dada resposta atempada às situações submetidas à sua alçada designadamente em relação aos processos de maior acompanhado.

Na área criminal, alguns dos objectivos propostos pelo Ministério Público não foram alcançados pelas razões acima referidas, nomeadamente quanto à taxa de resolução e à percentagem de processos pendentes há mais de 8 meses, devendo continuar a monitorizar-se os atrasos e os processos pendentes há mais de 8 meses, como acima se disse.

Na área de família e menores a resposta do Ministério Público foi muito positiva, havendo de continuar a continuar a melhorar a interlocução com as CPCJ e ainda desenvolver acções de sensibilização junto das escolas.

Tentou-se diminuir as desvantagens das distâncias entre as residências e o Juízo de Família e Menores de Vila Real, como já se disse, ouvindo as pessoas através do Ministério Público no Juízo de Competência Genérica de Peso da Régua.

Na área do trabalho, podendo também ser melhorada a prestação do Ministério Público, foi positiva, se atendermos reafecção de um dos magistrados ali colocados ao Juízo de Comércio.

Assim, classificamos a qualidade do serviço prestado ao cidadão como boa, podendo, porém, sempre ser melhorada.



III. – Síntese da avaliação do cumprimento dos objectivos fixados para o ano, propostas e recomendações que dela decorram.

Não obstante, algumas falhas e a constante falta de magistrados do Ministério Público por baixas médicas ou licenças de gravidez de risco ou de parentalidade e falta de preenchimento do quadro, consideramos que os objectivos fixados foram em grande parte cumpridos.

Na área cível, o Ministério Público assegurou a representação em todos os julgamentos e diligências designados, sem necessidade de pedir adiamentos, reclamou os créditos que lhe foram pedidos pela Autoridade Tributária nas insolvências, emitiu pareceres nestes processos quanto à sua natureza, instaurou algumas acções e contestou outras.

Na área criminal os objectivos propostos pelo Ministério Público não foram cumpridos em plenitude, pelas razões expostas.

Na área de família e menores, podendo, ainda, ser melhorada, a prestação do Ministério Público é muito positiva também, e os objectivos foram alcançados na sua quase totalidade. Com efeito as situações que lhe foram reportadas e requeridas tiveram resposta do Ministério Público.

Importa, no próximo ano, continuar a estar ainda mais próximo e a interagir ainda mais com as CPCJ, que o Ministério Público esteja presente nas “reuniões das CPCJ – modalidade alargada” e ainda que realize acções de sensibilização junto das escolas sobretudo na área tutelar educativa.

Na área do trabalho como já se disse também a resposta do Ministério Público foi positiva, embora possa ser melhorada, se o segundo magistrado ali estiver colocado em exclusividade, como se referiu.



MINISTÉRIO PÚBLICO
PORTUGAL

PROCURADORIA DA REPÚBLICA DA COMARCA DE VILA REAL
MAGISTRADO DO MINISTÉRIO PÚBLICO COORDENADOR

Na área de execução o MP instaurou as execuções por custas/multa/coima que devia instaurar, ou outras que lhe foram pedidas e reclamou os créditos nos processos de insolvência, que lhe foram solicitados.

O Ministério Público cumpriu as cartas rogatórias que lhe foram pedidas, atendeu os cidadãos que se apresentaram ao atendimento e instaurou processos administrativos necessários à recolha de elementos para propositura de acções ou procedimentos que lhe estão deferidos.

Assim, não sendo alcançados na totalidade, os objectivos propostos foram-no em grande parte e é positiva a prestação do Ministério Público na comarca, tendo em conta as circunstâncias em que foram exercidas as funções.

IV. – Proposta fundamentada de objectivos para o ano seguinte

No presente ano judicial, tendo em conta a colocação mínima de magistrados, o facto de haver magistradas em com licença de gravidez de risco clínico e outras em licença de parentalidade, em que o quadro complementar não será suficiente para colmatar as suas faltas, não pode haver compromisso para ultrapassar os níveis de resposta do ano anterior, pois não há condições para tal.

Os objectivos da comarca, inserem-se, ainda, nos objectivos da PGR (objectivos para o triénio 2019-2021) e da PGDP.

Pretende-se manter o nível de resposta do ano judicial anterior, nas várias jurisdições, melhorá-la na jurisdição do trabalho e família e menores, na área da investigação criminal e dos julgamentos criminais, e melhorar, onde for possível a qualidade do trabalho prestado pelo MP, em todos os processos e em todas as fases do processo. Para o efeito foram já



MINISTÉRIO PÚBLICO
PORTUGAL

PROCURADORIA DA REPÚBLICA DA COMARCA DE VILA REAL
MAGISTRADO DO MINISTÉRIO PÚBLICO COORDENADOR

alertados os magistrados da comarca e tal objectivo consensualizado em reunião realizada para o efeito em 13 de Dezembro de 2019.

Particular atenção deverá ser dada à qualidade da intervenção do MP em julgamento, face visível para a comunidade, e, por isso foram alertados os magistrados para a melhoria da qualidade das acusações, discutindo com o Procurador da República colocado no juízo Central Criminal os aspectos menos bons e que podem comprometer o êxito das acusações.

Continuamos a ter em conta que a morosidade da justiça é a falta mais apontada pela comunidade. Por isso, vamos continuar a dar prioridade no despacho aos inquéritos mais antigos, designadamente os pendentes há mais de oito meses, trazendo a percentagem destes processos para valor próximo de 25% dos pendentes, para além do que vem sendo feito já, como a promoção da aplicação dos institutos de simplificação processual.

Tendo-se verificado a pendência de alguns inquéritos com data de registo anterior a 2016, mais concretamente perto de 70, fixou-se como objectivo terminá-los este ano.

Vai ser dada mais atenção e tentar requerer a intervenção do Gabinete de Recuperação de Activos em todos os processos em que se verifiquem os pressupostos legais.

O número de processos administrativos com vista à recolha de elementos para propositura de acções de maior acompanhado entrou em ritmo aceitável embora significativo.

Vai, ainda, ser dada particular atenção à área de família, crianças e jovens com vista à conclusão mais rápida de processos pendentes sem procedimento e continuar a melhorar a interlocução com as CPCJ's da comarca.

Na jurisdição do Trabalho, é possível manter os níveis de resposta, fixando-se como principais objectivos, sobretudo manter ou melhorar um pouco o prazo de conclusão dos processos de acidente de trabalho na fase conciliatória e aumentar o número de acções emergentes de contrato de trabalho propostas pelo Ministério Público em patrocínio dos trabalhadores.



Fez-se uso da “*ficha objectivos processuais/acções a desenvolver*” anexa aos objectivos para o triénio judicial 2015-2018, como no ano anterior, para enunciar os objectivos e acções a desenvolver.

FICHA OBJETIVOS PROCESSUAIS/AÇÕES A DESENVOLVER

Órgão: Procuradoria da República da Comarca de Vila Real

OBJETIVOS ESTRATÉGICOS ANUAIS	OBJETIVOS PROCESSUAIS/ AÇÕES A DESENVOLVER
ÁREAS PRIORITÁRIAS	
A.i. Corrupção e criminalidade económico-financeira	<ul style="list-style-type: none">- concluir, durante o ano, um número de processos igual ao número de processos entrados.- continuar a reunir com constante periodicidade com a Polícia Judiciária de Vila Real e do Porto, para definir estratégias de investigação, de recuperação de atrasos nas investigações e articular procedimentos nesta área de actuação, como já vem sendo feito.- tentar que seja proferida decisão de mérito num período inferior a oito meses ou que os processos pendentes além deste período não ultrapasse 25 % dos pendentes.
A.ii. Cibercrime e	- findar, durante o ano, um número de processos igual ao número de



prova digital	<p>processos entrados.</p> <ul style="list-style-type: none">- continuar a reunir com constante periodicidade com a Polícia Judiciária de Vila Real e do Porto, para definir estratégias de investigação, e articular procedimentos nesta área de actuação, como já vem sendo feito, designadamente em termos de celeridade na recolha inicial de prova digital;- tentar que seja proferida decisão de mérito num período inferior a oito meses ou que os processos pendentes além deste período não ultrapasse 25 % dos pendentes.- efectuar, pelo menos, uma acção de formação com o Gabinete do Cibercrime.
A.iii. Violência de Género	<ul style="list-style-type: none">- concluir um número de processos igual ao número de processos entrados.- tentar findar até 31-12-2020, os processos registados até 31.08.2019. (com excepção dos processos suspensos provisoriamente)- manter a especialização nas procuradorias dos juízos locais criminais de Vila Real e Chaves, atribuindo a totalidade dos inquéritos de violência doméstica, maus-tratos e contra a autodeterminação sexual, a um só Procurador-adjunto, em cada um dos juízos.- continuar a garantir a efectiva direcção destes inquéritos pelo Magistrado do Ministério Público e incrementar as medidas de resposta rápida no âmbito da protecção da vítima e da promoção das adequadas medidas de coacção para o arguido.



	<ul style="list-style-type: none">- continuar a reunir com a PSP, GNR e com o Gabinete da APAV, em Vila Real, para articular procedimentos nesta área de actuação, incluindo a prevenção.- manter contacto permanente com estas entidades para resolução de questões mais urgentes.- promover a contínua articulação entre a jurisdição de família e menores, a investigação criminal e jurisdição criminal- <u>criar uma rede de violência doméstica que integre magistrados, agentes de autoridade e técnicos das IPSS's que prestam apoio às vítimas.</u>
B. Recuperação de activos	<ul style="list-style-type: none">- requerer a intervenção do GRA em todos os processos em que se verifiquem os pressupostos legais (sendo este um objectivo prioritário) e cumprir a Instrução n.º 1/2013, de 30.07.2013 – PGR.- Incrementar os pedidos de perda de vantagens e de perda alargada.
C. Direitos das Crianças e Jovens, em Especial a Abordagem à Delinquência Juvenil	<ul style="list-style-type: none">- Promover mecanismos de articulação entre as Escolas, CPCJs, OPCs e Ministério Público para potenciar a detecção de fenómenos de delinquência juvenil, incrementar a resposta, articulando procedimentos entre as várias entidades envolvidas e os Magistrados do Ministério Público nas áreas de Jurisdição respectivas: família e menores e investigação criminal.- manter um serviço de atendimento a efectuar pela Procuradora da Republica colocada no Juízo de Família e Menores com sede em Vila Real (com competência nos municípios de Vila Real, Sabrosa, Mondim de Basto,



PROCURADORIA DA REPÚBLICA DA COMARCA DE VILA REAL
MAGISTRADO DO MINISTÉRIO PÚBLICO COORDENADOR

	<p>Murça, Peso da Régua, Santa Marta de Penaguião e Mesão Frio), e pelos Procuradores-Adjuntos nas áreas dos juízos locais criminais e de competência genérica (Vila Pouca de Aguiar, com competência nos municípios de Vila Pouca de Aguiar e Ribeira de Pena, Valpaços, Montalegre, Chaves, com competência nos municípios de Chaves e Boticas e Alijó),</p> <ul style="list-style-type: none">- ainda, nas Procuradorias do Juízos Locais Cível e Criminal de Peso da Régua (com competência na área dos municípios de Mesão Frio, Peso da Régua e Santa Marta de Penaguião) os Procuradores-Adjuntos asseguram o atendimento ao público na área de família e menores que depois enviam à Procuradora da Republica colocada na secção central de Família e Menores, com sede em Vila Real.- instaurar todas as acções e providências necessárias a acautelar direitos e interesses das crianças e jovens,- findar, durante o ano, um número de processos igual ao número de processos entrados.- para além da actividade do MP de apreciação da legalidade e fiscalização da actividade processual das CPCJ, continuar a realizar reuniões com as CPCJ's da comarca de Vila Real, para articular procedimentos e boas práticas nesta área de actuação, o que já se iniciou no ano de 2018.- manter contacto permanente com estas entidades para resolução de questões urgentes.
D. Adultos Especialmente Vulneráveis	<ul style="list-style-type: none">- manter um serviço de atendimento a efectuar pelos Procuradores da República na área dos Juízos Centrais e Locais Cíveis de Vila Real e de Chaves, e pelos Procuradores-adjuntos nos juízos de



	<p>competência genérica,</p> <ul style="list-style-type: none">- (ii) instaurar todas as acções e providências necessárias a acautelar direitos e interesses de pessoas idosas,- (iii) dar especial atenção ao procedimento de instauração de acções de acompanhamento, o âmbito do Regime do Menor Acompanhado, promovendo reuniões de formação e articulação.- (iv) findar, durante o ano, um número de processos igual ao número de processos entrados em que sejam vítimas pessoas idosas, pretende-se, ainda,- (v) Promover a Cooperação com a Segurança Social e IPSS's da área da comarca com vista à instauração de processos ou providências cíveis que se mostrem necessárias para defesa de interesses das pessoas idosas que se encontrem sob tutela destas entidades.
<p>E. Interesses Difusos e Colectivos</p>	<ul style="list-style-type: none">- instaurar todas as acções e providências necessárias a acautelar direitos e interesses difusos legalmente protegidos (como a saúde pública, o ambiente, o ordenamento do território, o urbanismo, qualidade de vida, património cultural, cláusulas contratuais gerais).- <u>realizar uma acção de formação com o Gabinete de Interesses Difusos.</u>
<p>F. Articulação da intervenção do Ministério Público nas diferentes fases processuais e nas</p>	<ul style="list-style-type: none">- promover reuniões entre Procuradores da República e Procuradores-Adjuntos que asseguram a representação do MP em julgamento e aqueles que asseguram apenas a investigação e deduzem acusação, bem como os que estão colocados nos juízos locais de competência genérica para melhoria da qualidade da



MINISTÉRIO PÚBLICO
PORTUGAL

PROCURADORIA DA REPÚBLICA DA COMARCA DE VILA REAL
MAGISTRADO DO MINISTÉRIO PÚBLICO COORDENADOR

diversas jurisdições	<p>acusação com vista a um bom desempenho do MP em julgamento e a procedência da acusação.</p> <p>- promover mecanismos de articulação entre os magistrados que exercem funções nas várias jurisdições, designadamente, criminal, família e menores, cível, trabalho e comércio, para dar resposta cabal e integrada a fenómenos que implicam simultaneamente todas essas jurisdições.</p>
----------------------	--

Vila Real, 24 de Fevereiro de 2020

O Magistrado do Ministério Público Coordenador

Carlos José do Nascimento Teixeira